

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada nº: 258
Data: 21 JUN 2016



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.06.21

ASSUNTO: Proposta n.º 559-P/2016

«Aprovar a adesão à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local, bem como da distinção "European Label of Governance Excellence (ELoGE)"»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 21 de junho de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA


Bâsilio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

E.O.5

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 21.06.2016**.

Proposta nº 559-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

Nos termos do Art. 50º, nº 2 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro; Artº 26 nº 2 do Cód. Proc. Adm.; Artº 8º nº 2 do Regimento, o Presidente submeteu a votação a admissibilidade da proposta.

VOTAÇÃO:

Adm. feita por unanimidade.

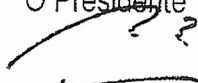
Foi submetida a votação a proposta acima referenciada.

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 21 de junho de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vitor Castro



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



Proposta n.º 559-P/2016

Considerando que:

1. Foi divulgado a nível nacional a Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local, bem como da distinção “European Label of Governance Excellence (ELoGE)” que se lhe encontra associada, adotada pelo comité de Ministros do Conselho da Europa, encontrando-se aberto um período, entre 1 e 15 de julho, para os Municípios procederem à respetiva manifestação de interesse com vista à adesão da referida Estratégia e à subsequente obtenção da certificação em apreço;
2. A candidatura à distinção “ELoGE” pressupõe a prévia adesão formal aos 12 Princípios da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local pelos órgãos eleitos do Município. A manifestação de interesse deve ser formalmente endereçada à Direção Geral das autarquias Locais (DGAL), sendo priorizadas as expressões de interesse que sejam suportadas por deliberações dos órgãos eleitos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) relativas à adesão à Estratégia e à intenção de recorrer ao procedimento de certificação “ELoGE”;
3. A auto-avaliação tem como base os 12 Princípios da Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local, sendo os mesmos:

Princípio 1 Eleições, Representação e Participação Imparciais

Princípio 2 Resposta às Expectativas e Necessidades dos Cidadãos

Princípio 3 Eficiência e Eficácia

Princípio 4 Abertura e Transparência

Princípio 5 Primado da Lei

Princípio 6 Conduta Ética

Princípio 7 Competência e Capacidade

Princípio 8 Inovação e Abertura à Mudança

Reunião de

21 JUN. 2016

Doc.º Agendado com o
N.º E.O.15



Princípio 9 Sustentabilidade Orientação de Longo Prazo

Princípio 10 Saúde Gestão Financeira

Princípio 11 Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Coesão Social

Princípio 12 Responsabilidade

4. Esta distinção envolve um processo de certificação que tem interesse para o município, à luz dos progressos que, nesta matéria, têm vindo a ser crescentemente materializados.
5. A DGAL, em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), iniciou um diálogo colaborativo com as entidades relevantes no sentido de aferir do interesse da adesão à iniciativa do Conselho da Europa;

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

6. Ao abrigo do disposto na alínea ff) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, manifestar o seu interesse na adesão da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local, bem como da distinção “European Label of Governance Excellence (ELoGE)” que se lhe encontra associada, remetendo para a Assembleia Municipal para deliberação de acordo com o disposto na alínea k) do supramencionado diploma.

Paços do Concelho, 12 de Junho de 2016

O Presidente


(Basílio Horta)

Reunião de

21 JUN. 2016

Doc.º Agendado com o
Nº 6.05



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Sintra, 14 de Junho 2016

Assunto: Distinção Europeia sobre Boa Governação para Autarquias Locais | EUROPEAN LABEL OF GOVERNANCE EXCELLENCE (ELoGE)

Parecer:

Exmo. Sr. Presidente,
Face à distinção que está a ser implementada, leva-se a cabo o aumento os princípios básicos para a distinção europeia sobre Boa Governação, propondo-se sobre melhor opinião, a manifestação de interesse na adesão à Estratégia de fomento da cidade a respeito certificação europeia. A certificação superior

Despacho:

1. Faltam em linha com o plano de intervenção para -
Câmara.
2. Encarar o plano de intervenção para -
3. Faltam em linha com o plano de intervenção para -
a intervenção para -
(di-21 - intervenção para -
intervenção para - A.4.
2016/11

De: Técnica Superior – Filipa Guimarães

Isabel Cardoso
17.06.2016

Para: Exma. Sra. Coordenadora do GRIA, Dra. Isabel Cardoso

A presente informação proposta tem como objectivo informar superiormente que a ANMP, a DGAL lançou a divulgação **do European Label of Governance Excellence (ELoGE) do Conselho da Europa**. Esta distinção é atribuída às autarquias locais que demonstrem ter alcançado um elevado nível de governação, tendo por referência os 12 Princípios que enformam a Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local, adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa.

A auto-avaliação tem como base os **12 Princípios da Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local**, sendo os mesmos:

- **Princípio 1** Eleições, Representação e Participação Imparciais
- **Princípio 2** Resposta às Expectativas e Necessidades dos Cidadãos
- **Princípio 3** Eficiência e Eficácia
- **Princípio 4** Abertura e Transparência
- **Princípio 5** Primado da Lei
- **Princípio 6** Conduta Ética
- **Princípio 7** Competência e Capacidade
- **Princípio 8** Inovação e Abertura à Mudança
- **Princípio 9** Sustentabilidade Orientação de Longo Prazo
- **Princípio 10** Sã Gestão Financeira
- **Princípio 11** Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Coesão Social
- **Princípio 12** Responsabilidade

Reunião de

21 JUN. 2016

Docº Agendado com o
Nº E.O.J

Esta distinção envolve um processo de certificação que pode ter interesse para os municípios portugueses, à luz dos progressos que, nesta matéria, têm vindo a ser crescentemente materializados.

Neste contexto, enquanto entidade que assegura a representação nacional no Comité Europeu sobre Democracia e Governação (CDDG), a DGAL, em articulação com a ANMP, propõe-se encetar um diálogo colaborativo com as entidades relevantes no sentido de aferir do interesse da adesão à iniciativa do Conselho da Europa, estando à disposição dos municípios para prestar informações adicionais.

Apresentação de manifestação de interesse:

Entre 1 e 15 de julho , encontra-se aberto um período para os Municípios procederem à respetiva manifestação de interesse com vista à adesão da referida Estratégia e à subsequente obtenção da certificação em apreço.

Em anexo, se junta o documento referente à Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local do Conselho da Europa.

Para mais informações consulte o link <http://www.portautarquico.pt/pt-PT>, em relações externas/cooperação internacional.

Considerando que:

- a) A aposta do Município de Sintra na Qualidade, repercute-se na existência de uma cultura de permanente melhoria, fomentando a modernização administrativa, a melhoria da imagem da Organização, a simplificação de circuitos e tarefas, o aumento da eficiência e eficácia procedimentais, a melhoria do desempenho operacional, a sensibilização e motivação dos colaboradores, culminando num maior envolvimento dos Cidadãos/Municípios com a Autarquia e na assunção de numa filosofia de prestação de serviço público pautada por elevados patamares de excelência.
- b) Com a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no Município de Sintra, o mesmo terá as permissas necessárias para proceder à devida candidatura para ser nomeado para esta distinção ao nível europeu.

Assim, propõe-se:

- 1) Que a presente informação seja remetida ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, sendo assim devidamente autorizada a divulgação desta acção junto do Sr. Vereador Dr. Eduardo Quinta Nova.

À Consideração Superior;

A Técnica Superior;



Filipa Guimarães

Reunião de

21 JUN. 2016

Doctoº Agendado com o
Nº 6.25-

De: municípe
Enviado: terça-feira, 7 de Junho de 2016 16:12
Para: Presidência C. M. Sintra
Assunto: FW: ELoGE - Portal Autárquico
Anexos: Oficio_Circ_797_ELOGE.pdf

1. 1.º Lufman Gonçalves do Exm.
Lufman Gonçalves do Exm. Dr. Eduardo Gomes
(Atendendo às instruções do GABG)

De: Direção-Geral das Autarquias Locais [mailto:geral@dgal.pt]

Enviada: terça-feira, 7 de Junho de 2016 14:59

Assunto: ELoGE - Portal Autárquico

(2) A6 602A

08-06-2016/12

Paulo Gomes
Chefe do Gabinete

Exmos. Senhores

Na sequência da divulgação nacional da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa, bem como da distinção "European Label of Governance Excellence (ELoGE)" que se lhe encontra associada, entre 1-15 de julho, encontra-se aberto um período para os Municípios procederem à respetiva manifestação de interesse com vista à adesão da referida Estratégia e à subsequente obtenção da certificação em apreço, conforme ofício em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

DCAL | DIREÇÃO-GERAL DAS
AUTARQUIAS LOCAIS

Rua Tenente Espanca n.º 22 a 24 | 1050-223 - Lisboa

Tel.: 21 313 30 00 | Fax: 21 352 81 77

www.portalautarquico.pt | geral@dgal.pt

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem de correio eletrónico e qualquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação confidencial, privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida é VEDADA. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado.

CONFIDENTIALITY NOTICE

This e-mail transmission and eventual attached files are intended only for the use of the individual or entity named above and may contain information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any disclosure, copying, distribution or use of any of the information contained in this transmission is strictly VOIDED. If you have received this transmission in error, please notify us immediately by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system. Thank you.

Reunião de

21 JUN. 2016

Docº Agendado com o

Nº E.O.15

Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

08 (08.02.01)-01 / DCAF

ASSUNTO: European Label of Governance Excellence (ELoGE) do Conselho da Europa – Manifestação de Interesse.

Na sequência da divulgação nacional da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local, bem como da distinção “European Label of Governance Excellence (ELoGE)” que se lhe encontra associada, a DGAL informa V. Ex^a que, entre 1 e 15 de julho, encontra-se aberto um período para os Municípios procederem à respetiva manifestação de interesse com vista à adesão da referida Estratégia e à subsequente obtenção da certificação em apreço.

A candidatura à distinção “ELoGE” pressupõe a prévia adesão formal aos 12 Princípios da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local pelos órgãos eleitos do Município. Nesta linha, a manifestação de interesse deve ser formalmente endereçada à DGAL, sendo priorizadas as expressões de interesse que sejam suportadas por deliberações dos órgãos eleitos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) relativas à adesão à Estratégia e à intenção de recorrer ao procedimento de certificação “ELoGE”.

Em paralelo, em articulação com a ANMP e a ANAFRE, serão desenvolvidos os trabalhos com vista à criação e acreditação de uma Plataforma Nacional, cuja função será supervisionar a nível nacional os processos municipais de certificação e atribuição do “ELoGE”, em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho da Europa.

Informações adicionais encontram-se disponíveis no Portal Autárquico, em cooperação internacional, estando a DGAL ao dispor para prestar esclarecimentos.

Reunião de

21 JUN. 2016

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o nº do processo

Doc^o Agendado com o

Nº 6.0.5

1/2

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. EX^a os meus cordiais cumprimentos,

A Diretora-Geral



Lucília Ferra

Reunião de

21 JUN. 2016

Doc^o Agendado com o
N^o E.O.J

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o n^o do processo

2/2



Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

12 Princípios	■ Princípio 1	Eleições, Representação e Participação Imparciais
	■ Princípio 2	Resposta às Expectativas e Necessidades dos Cidadãos
	■ Princípio 3	Eficiência e Eficácia
	■ Princípio 4	Abertura e Transparência
	■ Princípio 5	Primado da Lei
	■ Princípio 6	Conduta Ética
	■ Princípio 7	Competência e Capacidade
	■ Princípio 8	Inovação e Abertura à Mudança
	■ Princípio 9	Sustentabilidade Orientação de Longo Prazo
	■ Princípio 10	Sã Gestão Financeira
	■ Princípio 11	Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Coesão Social
	■ Princípio 12	Responsabilidade

Reunião de

21 JUN, 2016

Docº Agendado com o
Nº E.O.5-

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 1: Eleições, Representação e Participação Imparciais

- As eleições locais são realizadas em termos livres e justos, de acordo com “standards” internacionais e legislação nacional, sem casos de fraude
- Os cidadãos constituem o centro da atividade pública, sendo envolvidos na vida pública local através de formas claramente definidas
- Todos os homens e mulheres podem ter voz na tomada de decisão, quer diretamente, quer através de entidades intermediárias legítimas que representam os respetivos interesses. Esta ampla participação alicerça-se nas liberdades de expressão, reunião e associação
- Todas as vozes, mesmo a dos menos privilegiados e mais vulneráveis, são ouvidas e levadas em consideração na tomada de decisões, incluindo no tocante à afetação de recursos
- Há permanentemente uma tentativa genuína de assegurar uma mediação entre vários interesses legítimos e de procurar gerar um amplo consenso sobre qual é o melhor interesse para o conjunto da comunidade e como este poderá ser prosseguido
- As decisões são tomadas de acordo com a vontade da maioria, sendo respeitados os direitos e legítimos interesses das minorias

Reunião de

21 JUN, 2016

Docto Agendado com o

Nº E.O.J-

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 2: Resposta às Expectativas e Necessidades dos Cidadãos

- Objectivos, regras, estruturas e procedimentos são adequados às legítimas expectativas e necessidades dos cidadãos
- São prestados serviços públicos e os pedidos, solicitações e reclamações têm resposta num prazo razoável

Princípio 3: Eficiência e Eficácia

- Os resultados cumprem os objectivos acordados
- É assegurado o melhor uso possível dos recursos disponíveis
- Os sistemas de gestão de desempenho permitem avaliar e melhorar a eficiência e eficácia dos serviços
- São realizadas auditorias de gestão em intervalos regulares para avaliar e melhorar o desempenho

Reunião de

21 JUN, 2016

Doctº Agendado com o

Nº 6.05

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 4: Abertura e Transparência

- As decisões são tomadas e executadas em conformidade com as regras e regulamentos
- Existe acesso público a todas informações não classificadas por razões justificadas, em conformidade com o previsto por lei (por exemplo, a proteção da privacidade ou a garantia de imparcialidade dos procedimentos de adjudicação)
- A informação relativa a decisões, a implementação de políticas e resultados é disponibilizada ao público, permitindo o seu acompanhamento efetivo e a apresentação de contributos para o trabalho da autoridade local

Princípio 5: Primado da Lei

- As autoridades locais cumprem a lei e decisões judiciais
- Regras e regulamentos são adoptados em conformidade com os procedimentos previstos na lei e são aplicados de forma imparcial

Reunião de

21 JUN, 2016

Docto Agendado com o
Nº 6.0.5

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 6: Conduta Ética

- O bem público é colocado antes de interesses individuais
- Existem medidas eficazes para prevenir e combater todas as formas de corrupção
- Os conflitos de interesse são declarados em tempo oportuno e, nestes casos, as pessoas envolvidas abstêm-se de participam nas decisões relevantes

Princípio 7: Competência e Capacidade

- As aptidões dos profissionais envolvidos na governação local são continuamente atualizadas e reforçadas a fim de melhorar o seu desempenho e impacto
- A nível local, os funcionários públicos são motivados a melhorar continuamente o seu desempenho
- Métodos práticos e procedimentos são adoptados e usados para transformar as aptidões em capacidade e para produzir melhores resultados

Reunião de

21 JUN, 2016

Docto Agendado com o

Nº E.O. 5

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 8: Inovação e Abertura à Mudança

- Soluções novas e eficientes para os problemas são desenvolvidas e modernos métodos de prestação de serviços são adotados, beneficiando das respectivas vantagens
- Existe a disponibilidade para experimentar e pilotar novos programas, aprendendo com a experiência de outros
- Existe um clima favorável à mudança com vista a alcançar melhores resultados

- As necessidades das gerações futuras são tidas em linha de conta nas políticas atuais

- A sustentabilidade da comunidade local é constantemente tomada em consideração. As decisões procuram internalizar todos os custos, evitando transferir problemas e tensões para as gerações futuras, sejam eles ambientais, estruturais, financeiros, económicos ou sociais

- Existe uma visão ampla e de longo prazo sobre o futuro da comunidade local, bem como um sentido do que é necessário para a prosseguir

- Existe uma compreensão das complexidades históricas, culturais e sociais em que esta visão está alicerçada

Princípio 9: Sustentabilidade e Orientação de Longo Prazo

Reunião de

21 JUN. 2016

Docto Agendado com o
Nº *F.25*

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 10: Sã Gestão Financeira

- Os preços e tarifas não excedem o custo dos serviços prestados e não provocam reduções significativas da procura, em particular no caso de importantes serviços públicos
- A gestão financeira é prudente, quer na contração de empréstimos, quer na estimativa de recursos e receitas e no uso de receitas extraordinárias
- Existe programação orçamental plurianual, sendo preparada com consulta do público
- Os riscos são devidamente estimados e geridos, sendo refletidos na publicação das contas consolidadas. No caso das parcerias público-privadas, os riscos são realisticamente partilhados
- A autoridade local participa em formas de solidariedade intermunicipal, visando a justa partilha de encargos e benefícios e redução de riscos (cooperação intermunicipal, sistemas de equalização/compensação, mutualização de riscos...)

Reunião de

21 JUN. 2016

Docto Agendado com o
Nº E.O.J-

Estratégia para a Inovação e Boa Governação a Nível Local

Princípios Estratégicos

Princípio 11: Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Coesão Social

- Dentro da esfera de influência da autoridade local, os direitos humanos são respeitados, protegidos e implementados, sendo combatida qualquer tipo de discriminação
- A diversidade cultural é considerada como um ativo, sendo efectuados esforços contínuos para assegurar que todos tenham participação na comunidade local, identificando-se com esta e não se sentindo excluídos
- A coesão social e a integração das áreas desfavorecidas são localmente promovidas
- O acesso a serviços essenciais é preservado, em particular em relação às franjas mais desfavorecidas da população

Princípio 12: Responsabilidade

- A generalidade dos decisores assume a responsabilidade pelas suas decisões, sejam coletivas ou individuais
- As decisões são relacionadas, explicadas e podem ser objeto de sanção
- Existem remédios eficazes contra a má gestão, assim como em relação às ações das autoridades locais que infringem os direitos civis

Reunião de

21 JUN, 2016

Docto Agendado com o

Nº E.O.J